

O papel da biblioteca no empoderamento de mulheres e meninas: um estudo de caso no Instituto Federal de São Paulo, campus Campinas

The role of libraries in empowering women and girls: a case study at the Federal Institute of São Paulo, Campinas campus

El papel de la biblioteca en el empoderamiento de las mujeres y las niñas: un estudio de caso en el Instituto Federal de São Paulo, campus Campinas

Le rôle de la bibliothèque dans l'autonomisation des femmes et des filles: une étude de cas à l'Institut Fédéral de São Paulo, campus de Campinas

Ledijane MISSIAS ¹

Paulo FERNANDES JÚNIOR ²

Martha Suzana Cabral NUNES ³

Correspondência

Autor para correspondência: Paulo Fernandes Junior.

E-mail: paulofernandes.bibliotecario@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4834-3937>



Submetido em: 15/09/2025

Aceito em: 19/12/2025

Publicado em: 30/12/2025

¹ Bibliotecária e Documentalista pela Universidade Federal de Sergipe.

² Doutorando em Ciência da Informação e Prof. Mestre em Gestão da Informação Informação e do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Sergipe(UFS).

³ Professora Associada Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

Este estudo analisa o papel da biblioteca no empoderamento de meninas e mulheres a partir de um estudo de caso na Biblioteca Prof. Pedro Augusto Pinheiro Fantinatti, do IFSP–Campus Campinas. Com abordagem qualitativa, natureza exploratória e procedimento de estudo de caso, a pesquisa combinou revisão bibliográfica e entrevista aberta com a bibliotecária responsável para compreender sobre o planejamento, as ações, barreiras e os resultados desenvolvidos. As iniciativas mapeadas incluem curadorias e exposições de obras de autoras, campanhas com frases inspiradoras e *quizzes* que estimulam reconhecimento de escritoras e acesso às suas obras; a temática é trabalhada de forma contínua (2–3 ações por semestre). A principal barreira é a limitação de pessoal, visto que a biblioteca estudada tem apenas duas servidoras. Os achados evidenciam a biblioteca como espaço de mediação da informação, inclusão e transformação social, em consonância com a Biblioteconomia Social e com o ODS 5 (igualdade de gênero). Recomenda-se fortalecer o acervo e as ações de mediação (clubes de leitura, rodas de conversa, parcerias com núcleos e movimentos sociais, exposições e campanhas educativas) para ampliar o protagonismo feminino e enfrentar violências e desigualdades de gênero no contexto escolar e comunitário

Palavras-chave: biblioteca universitária; empoderamento feminino; igualdade de gênero; mediação da informação; violência de gênero.

ABSTRACT

This study analyzes the role of the library in empowering girls and women based on a case study at the Prof. Pedro Augusto Pinheiro Fantinatti Library, IFSP–Campinas Campus. With a qualitative approach, exploratory nature, and case study procedure, the research combined a literature review and open interview with the librarian in charge to understand the planning, actions, barriers, and results developed. The initiatives mapped include curatorship and exhibitions of works by female authors, campaigns with inspirational quotes, and quizzes that encourage recognition of female writers and access to their works; the theme is addressed continuously (two to three actions per semester). The main barrier is staff limitations, as the library studied has only two employees. The findings highlight the library as a space for information mediation, inclusion, and social transformation, in line with Social Librarianship and SDG 5 (gender equality). It is recommended to strengthen the collection and mediation actions (reading clubs, conversation circles, partnerships with social centers and movements, exhibitions, and educational

campaigns) to increase female leadership and address gender violence and inequality in the school and community context.

Keywords: university library; female empowerment; gender equality; information mediation; gender violence.

RESUMEN

Este estudio analiza el papel de la biblioteca en el empoderamiento de niñas y mujeres a partir de un estudio de caso en la Biblioteca Prof. Pedro Augusto Pinheiro Fantinatti, del IFSP–Campus Campinas. Con un enfoque cualitativo, de naturaleza exploratoria y un procedimiento de estudio de caso, la investigación combinó una revisión bibliográfica y una entrevista abierta con la bibliotecaria responsable para comprender la planificación, las acciones, las barreras y los resultados desarrollados. Las iniciativas mapeadas incluyen curadurías y exposiciones de obras de autoras, campañas con frases inspiradoras y cuestionarios que estimulan el reconocimiento de las escritoras y el acceso a sus obras; la temática se trabaja de forma continua (2-3 acciones por semestre). La principal barrera es la limitación de personal, ya que la biblioteca estudiada solo cuenta con dos empleadas. Los resultados evidencian que la biblioteca es un espacio de mediación de la información, inclusión y transformación social, en consonancia con la Biblioteconomía Social y con el ODS 5 (igualdad de género). Se recomienda fortalecer el acervo y las acciones de mediación (clubes de lectura, círculos de conversación, asociaciones con núcleos y movimientos sociales, exposiciones y campañas educativas) para ampliar el protagonismo femenino y hacer frente a la violencia y las desigualdades de género en el contexto escolar y comunitario.

Palabras clave: biblioteca universitaria; empoderamiento femenino; igualdad de género; mediación de la información; violencia de género.

RÉSUMÉ

Cette étude analyse le rôle de la bibliothèque dans l'autonomisation des filles et des femmes à partir d'une étude de cas menée à la bibliothèque Prof. Pedro Augusto Pinheiro Fantinatti, de l'IFSP–Campus Campinas. Avec une approche qualitative, de nature exploratoire et une procédure d'étude de cas, la recherche a combiné une revue bibliographique et un entretien ouvert avec la bibliothécaire responsable afin de comprendre la planification, les actions, les obstacles et les résultats obtenus. Les initiatives recensées comprennent des expositions d'œuvres d'auteurs, des campagnes avec des citations inspirantes et des quiz qui encouragent la

reconnaissance des écrivaines et l'accès à leurs œuvres ; le thème est abordé de manière continue (2 à 3 actions par semestre). Le principal obstacle est le manque de personnel, car la bibliothèque étudiée ne compte que deux employées. Les résultats montrent que la bibliothèque est un espace de médiation de l'information, d'inclusion et de transformation sociale, en accord avec la bibliothéconomie sociale et l'ODD 5 (égalité des sexes). Il est recommandé de renforcer le fonds documentaire et les actions de médiation (clubs de lecture, cercles de discussion, partenariats avec des centres et des mouvements sociaux, expositions et campagnes éducatives) afin d'accroître le rôle des femmes et de lutter contre la violence et les inégalités de genre dans le contexte scolaire et communautaire.

Mots clés: bibliothèque universitaire; autonomisation des femmes; égalité des sexes; médiation de l'information; violence sexiste.

1 INTRODUÇÃO

A violência atinge diariamente milhares de mulheres e meninas no Brasil. Casos de abuso sexual e feminicídio são veiculados constantemente nos meios de comunicação. Este cenário evidencia a desigualdade de gênero enraizada na sociedade brasileira, reflexo dos efeitos do patriarcado sobre os corpos femininos, os quais são vistos como propriedade masculina, destituídos de direitos, sobretudo, se forem negros, indígenas, com algum tipo de deficiência e de classe social inferior.

De acordo com Folter (2021), o patriarcado é um sistema social fundamentado em uma cultura, em estruturas e em relações que favorecem os homens, especialmente aqueles que são brancos, cisgêneros e heterossexuais. Nesse contexto, o gênero feminino é socialmente posicionado no papel maternal, doméstico e submisso ao masculino. Essa lógica se manifesta já na infância, quando meninos recebem carrinhos como presentes, enquanto meninas ganham bonecas, e quando tarefas domésticas são comumente atribuídas apenas a elas.

As relações familiares tendem a reproduzir a desigualdade de gênero, naturalizando a ideia de que as tarefas domésticas devem ser desempenhadas pelas mulheres. Além disso, recai sobre elas a responsabilidade pelo cuidado de parentes. Segundo dados da Agência IBGE Notícias (IBGE, 2022), em 2022, 92,1% das mulheres com 14 anos ou mais realizaram afazeres domésticos e/ou cuidaram de pessoas, enquanto 80,8% dos homens dessa faixa etária participaram dessas atividades.

Além disso, há uma situação mais preocupante em relação às meninas: elas são maioria em casos de estupro, segundo os dados demonstrados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM, 2023, p. 204): “Do total de registros de estupro de vulnerável, a vítima tinha até 13 anos em 40.659 dos casos. Este número representa 61,4% de todos os estupros registrados em 2022”. Percebe-se a perversidade da violência de gênero que marca a existência feminina desde a infância.

Por ser um problema mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), em seu quinto objetivo da Agenda 2030 de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (2015): “Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, propôs metas a serem desenvolvidas pela sociedade e governos na intenção de garantir cidadania plena para o gênero feminino no presente e no futuro.

Diante desta realidade, as bibliotecas podem contribuir para o enfrentamento da discriminação e dos altos índices de violência de gênero ao assumirem o papel de espaços impulsionadores da transformação social almejada. Moraes (2018) defende que a biblioteca, independentemente de sua tipologia, tem a oportunidade de ser um ambiente de socialização, diversidade e conhecimento,

cuja apropriação da informação amplia a consciência social enquanto ser individual e coletivo.

Para Almeida Júnior (2020, p. 36): “A biblioteca não é neutra ou imparcial. Seu espaço é ideológico e reflete suas concepções, suas ideias, seu modo de entender e explicar o mundo”. Sob essa perspectiva, a biblioteca e o (a) bibliotecário (a) têm a possibilidade de se posicionar, alinhando-se ao movimento da sociedade que vem debatendo questões como machismo, racismo, homofobia, entre outras, que afetam a maioria da população e portanto, seus usuários ou possíveis usuários. Pensamento que é compartilhado por Santa Anna, Gregório e Gerlin (2014, p. 78) ao afirmarem que: “Na sociedade contemporânea, a biblioteca se coloca como um espaço inter e transdisciplinar, interagindo com outras áreas do conhecimento a fim de encontrar soluções para variados problemas existentes.”

Nesse sentido, a promoção de ações de empoderamento de mulheres e meninas nas bibliotecas levam em consideração a missão desta instituição de disseminar a informação e apoiar o desenvolvimento social. E a pessoa bibliotecária seria um “agente facilitador do processo” ao conscientizá-las da opressão que sofrem, além de fortalecer suas autonomias e potencialidades por meio da informação sobre direitos, educação, trabalho, saúde, reprodução sexual e segurança, visto que a informação é o caminho para a desconstrução de alguns paradigmas sociais.

Considerando a importância das bibliotecas para o desenvolvimento de cidadãos com consciência crítica e o potencial da informação na transformação das realidades como a violência de gênero, isto posto, o problema de pesquisa traz o seguinte questionamento: que ações têm sido promovidas na Biblioteca do

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus Campinas, para empoderar meninas e mulheres?

Deste modo, compreender as atividades que têm sido realizadas na biblioteca do IFSP- Campus Campinas para o combate ao estereótipo de gênero e empoderamento de mulheres e meninas configura-se como o objetivo geral desta pesquisa. Os objetivos específicos são: a) investigar como é feito o planejamento das ações de empoderamento; b) verificar se existem barreiras no desenvolvimento dessas ações; c) identificar, de acordo com a bibliotecária, quais as fontes de informação alinhadas à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino utilizadas na unidade de informação onde atua.

A unidade estudada, a Biblioteca Prof. Pedro Augusto Pinheiro Fantinatti, atende aos cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, com acervo de 1.801 títulos e 4.625 exemplares (2024), incluindo materiais acessíveis (Braille, letra ampliada). Utiliza o sistema Pergamum, integrado à Biblioteca Virtual Pearson, e oferece serviços como empréstimo, orientação bibliográfica, capacitação no uso de ferramentas de pesquisa e elaboração de ficha catalográfica. Conta ainda com salas de estudo individuais e coletivas, computadores com acesso à internet e atendimento à comunidade interna e externa.

Do ponto de vista social, esta pesquisa justifica-se por agregar conhecimento para o desenvolvimento de ações que relacionem a perspectiva da Biblioteconomia Social à consciência de que a existência de mulheres e meninas é ameaçada e condicionada pelo patriarcado. Este é um problema público e, portanto, precisa ser enfrentado por toda a sociedade, inclusive, pelas pessoas

bibliotecárias em espaços como as bibliotecas, que garantem o acesso à informação e ao conhecimento.

Além disso, a experiência profissional de uma das autoras no acompanhamento de meninas, adolescentes e idosas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro de Referência de Assistência Social em Cedro de São João - SE, permitiu observar de perto a opressão dos papéis sociais de gênero e as frequentes situações de dependência emocional e financeira enfrentadas por essas participantes. Essa experiência, aliada à constatação da importância de espaços educativos e informacionais na transformação social, motivou a escolha da Biblioteca do Instituto Federal de São Paulo – Campus Campinas como objeto de estudo, reconhecendo seu papel potencial no empoderamento de meninas e mulheres e na promoção da igualdade de gênero, bem como pelo seu reconhecimento como referência em práticas bem-sucedidas relacionadas à temática.

Sob o aspecto científico, este trabalho contribui para as discussões levantadas pela Ciência da Informação (CI) por meio do Grupo de Trabalho 12 (GT12) - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (2025) cuja ementa diz: “Estudos teóricos e aplicados em informação sobre Raça, Classe, Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades. Teorias Críticas, Culturais, Feministas, Queer e Raciais.

2 BREVE GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECA NA SOCIEDADE

As bibliotecas são espaços de encontro, diversidade, apropriação da informação, aprendizado e expansão cultural. Ao longo de sua história, essas unidades de informação não apenas

preservaram o conhecimento produzido pela humanidade, mas também refletiram e reproduziram as condições sociais de seu tempo. Sua organização, acesso e função social sempre estiveram imbricados com a ideologia dominante e as transformações tecnológicas, influenciando diretamente o papel do bibliotecário e a maneira como o conhecimento era distribuído à população.

Na Antiguidade, por exemplo, as bibliotecas são acessíveis apenas a grupos privilegiados. Martins (1998, p. 71) ressalta que “[...] as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: são organismos mais ou menos sagrados, ou pelo menos, religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa ‘ordem’, de um ‘corpo’ igualmente religioso ou sagrado”. Segundo o autor, as bibliotecas não se apresentam como espaços acessíveis a qualquer pessoa, mas configuram-se como organismos com caráter sagrado ou religioso, cujo acesso era restrito àqueles que integram uma determinada ordem ou corpo igualmente marcado por essa dimensão simbólica.

Durante a Idade Média, essa lógica de exclusão se mantém, e o conhecimento permaneceu reservado à nobreza e aos religiosos católicos. Com a criação das universidades, o acesso ao saber se ampliou, mas ainda assim limitado a uma classe específica (Martins, 1998).

O cenário começou a se transformar de forma mais significativa a partir do Renascimento, quando as bibliotecas assumiram um papel mais ativo na disseminação da informação, acompanhando mudanças culturais e tecnológicas, como a difusão do papel e a invenção da tipografia. Santos (2012, p. 186) enfatiza que “É no Renascimento que as bibliotecas iniciaram, de fato, o seu papel de disseminadoras da informação, além de ser nesse momento

que o bibliotecário assume de fato, a posição de agente central da sustentação das bibliotecas”. Dessa forma, mesmo em contextos distintos, observa-se que a biblioteca se adapta às demandas e possibilidades de seu tempo, refletindo a sociedade em que está inserida.

Conforme o papel da biblioteca moderna se expandiu, também se modificaram as exigências da profissão de bibliotecário. Martins (1998) informa que, em meados do século XIX, surgiram os primeiros cursos de Biblioteconomia, visando fornecer a especialização necessária para o adequado exercício da função. Em 1915, a Biblioteca Nacional iniciou o primeiro curso no Brasil. Entretanto, Caldeira (2014) aponta que, sob influência estadunidense, disciplinas que exigiam conhecimentos culturais e humanísticos perderam espaço, predominando a formação de bibliotecários hábeis nos processos técnicos da área, como catalogação, classificação e indexação.

Essa trajetória histórica evidencia que as bibliotecas não são espaços isolados; elas refletem e se moldam segundo as demandas, limitações e ideologias de seu contexto social. A partir dessa perspectiva, surge a discussão sobre a Biblioteconomia Social, que propõe que o bibliotecário não apenas execute funções técnicas, mas também reconheça sua responsabilidade frente aos problemas sociais e contribua para a conscientização e transformação das comunidades em que atua.

Corroborando com o debate sobre o papel social da Biblioteconomia, a professora e bibliotecária Solange Puntel Mostafa (1985), em sua tese de doutorado em Filosofia da Educação, defendeu a reflexão sobre uma Biblioteconomia Social, na qual as práticas bibliotecárias e a biblioteca atuariam para uma

conscientização sobre os problemas sociais que afetam a comunidade onde estão inseridas. Essa perspectiva considera que:

Os conhecimentos não são produzidos exteriormente a situações concretas da sobrevivência dos homens; são produzidos na luta pela sobrevivência – daí a necessidade de serem referidos à base material, às relações de interação dos homens com a natureza, às relações de produção. Nessa interação dos homens com a natureza estabelecem-se relações dos homens entre si [...] (Mostafa, 1985, p. 133).

Historicamente, entretanto, as bibliotecas nem sempre estiveram conectadas às necessidades locais ou às demandas da comunidade que atendiam. Como observa Almeida Júnior (1997, p. 37):

A biblioteca está presente, de forma física, na comunidade, mas seus interesses ascendem a graus tão elevados que o grupo a quem deve servir representa uma parcela insignificante. Trabalhando com o 'conhecimento humano' universal, a biblioteca entende as necessidades locais como mesquinhos e reles interesses, totalmente dissociados do desenvolvimento global da sociedade.

Esse panorama histórico evidencia a relevância de se repensar o papel das bibliotecas na sociedade contemporânea, reforçando a necessidade de que as pessoas bibliotecárias atuem de forma consciente, promovendo o acesso à informação e contribuindo para a formação de indivíduos críticos, capazes de questionar e transformar o *status quo*. Tal reflexão permite articular o passado de exclusão com as práticas atuais de mediação cultural e empoderamento social, preparando o terreno para os debates contemporâneos sobre Biblioteconomia Social e ações de inclusão.

Nesse sentido, o desafio das bibliotecas está em assumir a responsabilidade de ser um espaço de transformação social.

Reconhecendo que têm potencial para transmitir informação que coaduna com o contexto social da comunidade, numa tentativa de criar conexão com a realidade individual e coletiva dos seus usuários e possíveis usuários.

A práxis dessa perspectiva observa-se no relato de experiência da bibliotecária Cátia Lindemann (2018), que criou espaços de leitura em penitenciárias, prostíbulos e zonas rurais, além de mediar a informação por meio da contação de histórias para crianças do sertão baiano. Sua crença em: “Uma Biblioteconomia progressista, participativa e que consegue fazer a diferença por onde passa” (Lindemann, 2018, p. 193), humaniza a profissão e faz da garantia de acesso à informação uma realidade onde as políticas públicas falham.

A experiência de Cátia Lindemann ilustra como a atuação bibliotecária pode ser transformadora mesmo em contextos diversos e desafiadores, demonstrando que o bibliotecário contemporâneo desempenha um papel ativo na mediação da informação e no fortalecimento do conhecimento crítico da comunidade.

Nesse contexto, a sociedade contemporânea, marcada pelo intenso fluxo de informação e pelo uso massivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), apresenta novos desafios para a Biblioteconomia Social, entre eles o fenômeno da desinformação. Ela compromete decisões individuais e coletivas, amplia desigualdades e prejudica a participação cidadã, configurando uma questão relevante para a atuação social das bibliotecas. Combater notícias falsas, manipulações e informações distorcidas torna-se, assim, uma extensão do compromisso social da biblioteca, consolidando seu papel não apenas como espaço de acesso à informação, mas

também como agente de conscientização, formação crítica e transformação social.

Para Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021, p. 3): “A relação que se estabelece entre o acesso e uso da informação é [...] complexa e muitas vezes prejudicial às pessoas: carregada de incertezas, ansiedades, manipulações, desinformação e outros fenômenos.” Em particular, a propagação de informações falsas por meio das redes sociais já provocou problemas graves no Brasil, como a descredibilização de vacinas, destruição de reputações e danos irreparáveis, exemplificados pelo caso de Fabiane Maria de Jesus, linchada em 2014 após boatos no Facebook (Rossi, 2014).

Alinhando essa perspectiva às práticas globais de Biblioteconomia Social, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2015), atenta ao movimento de transformação social global, divulgou o documento “Acesso e oportunidades para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas.” Nele, as bibliotecas são reconhecidas como agentes de mudança, atuando na alfabetização universal (inclusive digital e midiática), no apoio a governos e sociedade civil para compreender necessidades locais de informação, na inclusão digital por meio das TIC, na preservação e promoção da cultura e do patrimônio, e no fortalecimento da pesquisa acadêmica.

Essa perspectiva global conecta-se diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 5 – Igualdade de gênero, de grande relevância para esta pesquisa. Ao discutir o empoderamento feminino, Cruz (2018) ressalta que o conceito se mostra oportuno por evidenciar os processos de inclusão e exclusão das mulheres nos espaços públicos, políticos, sociais e

econômicos, destacando que a desigualdade de gênero permanece como um desafio estrutural nas sociedades contemporâneas.

Nessa direção, Sardenberg (2006, p. 2) afirma que o empoderamento “[...] implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”, enfatizando que, para as feministas latino-americanas, trata-se de um processo voltado ao questionamento das estruturas que sustentam essas desigualdades. Essa compreensão evidencia o caráter político e coletivo do empoderamento, que ultrapassa a dimensão individual e se insere nas disputas por transformação social.

Complementarmente, Berth (2019) compreende o empoderamento como uma postura ativa de enfrentamento das opressões, orientada à eliminação de situações injustas e à equalização das existências em sociedade. A articulação dessas perspectivas permite compreender o empoderamento feminino como um processo contínuo de conscientização, acesso à informação e fortalecimento da participação social, elementos fundamentais para a atuação das bibliotecas enquanto espaços de mediação informacional e promoção da igualdade de gênero.

O quinto objetivo da Agenda 2030 estabelece metas específicas voltadas para o empoderamento das mulheres, apresentadas a seguir (quadro 1):

Quadro 1 – Metas do 5º Objetivo da Agenda 2030

1	Extinguir qualquer tipo de discriminação para com meninas e mulheres;
2	Acabar com todas as formas de violência contra as mulheres e meninas nos âmbitos públicos e privados;

3	Coibir todas as práticas danosas, como os casamentos prematuros, forçados e infantis;
4	Valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, assim como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família;
5	Assegurar a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança;

Fonte: adaptado de ONU (2025)

No campo bibliotecário, essas diretrizes ganham aplicação prática. Duas experiências ilustram esse compromisso: o projeto Encontros Feministas, mediado pela bibliotecária Cíntia Mendes na biblioteca Rubem Braga do CEU (Centro de Educação Unificado) Cidade Dutra (Mendes, 2017), e os clubes de leitura do Instituto Federal do Paraná – campus Pinhais e Jaguariaíva (Veronese; Javarez; Nadal, 2019). Ambos estimularam reflexão crítica, protagonismo feminino e interação entre usuários, demonstrando que a biblioteca é espaço de inclusão, mediação cultural e transformação social.

Essas iniciativas reforçam que a biblioteca, ao longo de sua história, não apenas preserva conhecimento, mas também atua como agente ativo na promoção de igualdade, cidadania, empoderamento feminino e conscientização social, consolidando a Biblioteconomia Social como prática transformadora.

3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO: IMPACTOS E DESAFIOS

O Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, representa um marco de reflexão e luta por direitos, mas contrasta com a dura realidade enfrentada por meninas e mulheres ao longo

da história. A violência de gênero não é um fenômeno recente, mas sim uma prática estrutural, enraizada em séculos de relações patriarcais que limitam a autonomia feminina. Ser mulher, em contextos sociais ainda fortemente marcados pelo machismo, implica enfrentar restrições em diferentes esferas da vida, do desenvolvimento pessoal às escolhas profissionais, reprodutivas, afetivas e sexuais, somadas à constante ameaça da violência.

Nesse cenário, é relevante lembrar que, segundo Côrtes, Luciano e Dias (2012), a violência constitui uma violação dos direitos humanos que atinge mulheres em diferentes idades, classes sociais, regiões, grupos étnico-raciais, níveis de escolaridade e religiões, configurando-se como um fenômeno de alcance global. Esses aspectos reforçam que o problema é transversal e atinge mulheres em sua pluralidade, embora os impactos não sejam vividos de forma homogênea.

De acordo com os dados do Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024), observa-se que as mulheres negras constituem a maioria das vítimas de violência letal no Brasil, o que evidencia a interseccionalidade entre gênero, raça e desigualdade social, revelando camadas adicionais de vulnerabilidade que precisam ser enfrentadas pelas políticas públicas.

Diante desse cenário de desigualdades estruturais e múltiplas formas de violência que incidem sobre as mulheres, torna-se necessário destacar situações específicas que acentuam ainda mais a vulnerabilidade feminina. Entre elas, práticas naturalizadas em determinados contextos sociais revelam como a violação de direitos não se limita apenas à violência física e letal, mas também se expressa em mecanismos sutis de controle e subordinação, que impactam diretamente a vida de meninas e jovens mulheres.

Nesse sentido, a naturalização do casamento infantil, especialmente em áreas rurais e em famílias pobres, evidencia a vulnerabilidade de meninas, dificultando seu acesso à educação e expondo-as à maternidade precoce e à violência doméstica (UNICEF, 2019). Além disso, os altos índices de estupro e estupro de vulnerável reforçam a urgência de políticas públicas eficazes e ações educativas permanentes. Somente em 2023, foram registradas 83.988 vítimas de estupro e estupro de vulnerável no Brasil, o que equivale a um caso a cada seis minutos. Em comparação ao ano anterior, houve um aumento de 6,5%, e os números mostram um crescimento alarmante de 91,5% entre 2011 e 2023, resultando em uma taxa de 41,4 estupros por 100 mil habitantes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

O perfil das vítimas revela ainda mais a dimensão dessa violência: 76% eram consideradas vulneráveis, 88,2% do sexo feminino e 52,2% negras. A situação se agrava quando se observa a faixa etária, já que 61,6% tinham até 13 anos, sendo 11,1% entre 0 e 4 anos, 18% entre 5 e 9 anos, e 32,5% entre 10 e 13 anos, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Esses dados mostram que a violência sexual contra meninas, especialmente negras e em situação de vulnerabilidade social, constitui-se em uma grave violação dos direitos humanos, reforçando a necessidade de ações estruturais e integradas para a sua erradicação.

A violência contra meninas e mulheres não se restringe ao abuso sexual ou à maternidade precoce; ela se estende a formas mais extremas de agressão, incluindo a morte motivada pelo gênero. Essas diferentes expressões de violência evidenciam que fatores estruturais, como desigualdade de gênero, raça e classe, permeiam

toda a vida das mulheres, desde a infância até a fase adulta. Nesse contexto, o feminicídio emerge como a expressão mais brutal dessa violência, sendo, muitas vezes, perpetrado no próprio ambiente doméstico, por parceiros, ex-parceiros ou familiares. Assim, compreender a interconexão entre práticas como casamento infantil, estupro e feminicídio é fundamental para avaliar a extensão da vulnerabilidade feminina e a urgência de políticas públicas integradas de prevenção, proteção e responsabilização.

O Brasil ocupa a quinta posição no número de feminicídios no mundo, atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia (Waiselfisz, 2015). Em 2023, foram registrados 1.467 feminicídios, representando um aumento de 0,8% em relação ao ano anterior. Quanto ao perfil das vítimas, 63,6% eram mulheres negras, 71,1% tinham entre 18 e 44 anos, e 64,3% foram mortas em suas próprias residências (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 16). Reis (2024, p. 8) observa que “a realidade brasileira é de profundas desigualdades: de gênero, raça, classe, oportunidades e direitos atendidos. Como democracia, falta-nos equidade. A violência, no entanto, é bastante democrática, iguala todas as mulheres.” Grande parte desses crimes ocorre no contexto intrafamiliar, sendo praticada por companheiros, ex-companheiros ou parentes, o que evidencia a dimensão estrutural e cotidiana da violência contra a mulher no país (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 144).

Diante desses padrões, o Estado brasileiro implementou instrumentos legais para prevenir, punir e proteger as vítimas. Entre eles, destacam-se a Lei Nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) e, mais recentemente, a Lei Nº 14.188/2021 (Brasil, 2021), Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, que visam enfrentar a

violência doméstica e familiar de maneira estruturada, oferecendo mecanismos de denúncia e proteção às vítimas.

Em resposta, à Lei Maria da Penha define violência doméstica e familiar como: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006).

Quadro 2 – Tipos de violência doméstica e familiar

Tipos de violência	Descrição
Violência Física	Qualquer ato que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher, como empurrões, socos, chutes, estrangulamento, etc.
Violência Psicológica	Ações que causem dano emocional e diminuição da autoestima, como humilhações, ameaças, chantagens, isolamento, etc.
Violência sexual	Qualquer ação que force a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça ou uso da força.
Violência Patrimonial	Retenção, subtração ou destruição de objetos, documentos pessoais, bens valores da mulher.
Violência Moral	Calúnia, difamação ou injúria contra a mulher, atacando sua reputação e dignidade.

Fonte: adaptado da Lei nº 11.340/2006

Apesar da existência desta lei, todos os tipos de violência persistem sobre as vidas femininas, demonstrando as dificuldades encontradas no enfrentamento à cultura machista. Em 2021, foi promulgada a Lei Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, que incentiva a cooperação de funcionários de estabelecimentos comerciais na identificação de pedidos de socorro feitos pelas vítimas através de um “X” na palma da mão (Brasil, 2021).

Apesar da legislação, a desigualdade de gênero persiste. A Constituição Federal de 1988 garante igualdade de direitos entre homens e mulheres (Brasil, 1988), mas o machismo estrutural se mantém, evidenciado na disparidade salarial (IBGE, 2024) e na sobrecarga de tarefas domésticas, especialmente entre mulheres negras (Cavalcante, 2022).

No campo político, a participação feminina ainda é limitada, embora o direito ao voto tenha sido conquistado em 1932 (Viola, 2022). Dados de 2025 indicam que o Brasil ocupa a 133ª posição em representação parlamentar feminina e a 53ª em representação ministerial (ONU Mulheres Brasil, 2025).

Nesse contexto, as bibliotecas podem atuar como agentes de transformação social, oferecendo acesso à informação e promovendo conscientização sobre igualdade de gênero. Viola (2022, p. 130) afirma que a transparência e o acesso à informação fortalecem a motivação política da mulher, combatendo barreiras impostas por fatores culturais e sociais.

A trajetória do gênero feminino tem sido marcada por desafios históricos, mas as bibliotecas têm o potencial de promover ações educativas e de empoderamento, oferecendo recursos informacionais e espaços de diálogo que contribuam para a construção de uma sociedade mais igualitária.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa possui, de acordo com os objetivos, natureza exploratória, a qual, segundo Cunha, Amaral e Dantas (2015), busca familiarizar o pesquisador com o problema, formular hipóteses e questões relevantes, identificar variáveis e delinear o projeto final.

Além disso, também possui natureza descritiva, haja visto que foi realizada em uma unidade informacional.

A fundamentação teórica foi construída a partir de levantamento bibliográfico em bases como BRAPCI (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), Portal de Periódicos da Capes, BDTD, Google Acadêmico e no Repositório Institucional da instituição onde a pesquisa foi desenvolvida, SIBIUFS. Foram utilizadas palavras-chave relacionadas a empoderamento feminino, igualdade de gênero, bibliotecas e violência de gênero, combinadas com operadores booleanos (AND/OR) e filtro temporal (2014-2024).

Quadro 3 – Estratégias de busca utilizadas para a pesquisa

Base de dados	Palavras-chave e lógica booleana	Resultados
BDTD	Biblioteconomia AND estereótipo de gênero	7 registros
BRAPCI	Biblioteconomia AND estereótipo de gênero	2 registros
BDTD	Biblioteconomia AND violência contra a mulher	11 registros
BRAPCI	Biblioteconomia AND violência contra a mulher	7 registros
BDTD	Empoderamento feminino OR igualdade de gênero AND Biblioteconomia	9 registros
BRAPCI	Empoderamento feminino OR igualdade de gênero AND Biblioteconomia	4 registros
BRAPCI	Biblioteconomia AND função social	56 registros
BDTD	Biblioteconomia AND função social	74 registros

Total	170
--------------	------------

Fonte: Elaboração própria, 2025

Essa busca resultou em 170 registros, reduzidos a 150 após exclusão de duplicados, dos quais 30 foram selecionados conforme critérios de inclusão e exclusão.

Quadro 4 – Critérios de inclusão e exclusão

INCLUSÃO	EXCLUSÃO
Publicações científicas sobre bibliotecas/Ciência da Informação e gênero.	Estudos sem relação direta com bibliotecas, informação e gênero.
Trabalhos publicados entre 2014 e 2024.	Documentos duplicados ou sem caráter científico.
Textos disponíveis na íntegra (português, espanhol, inglês ou francês).	Publicações fora do recorte temporal ou sem acesso ao texto completo.
Estudos alinhados aos objetivos da pesquisa, com foco em ações ou práticas de empoderamento de mulheres e meninas.	

Fonte: elaboração própria, 2025

Segundo Macedo (1994, p. 13), a revisão da literatura é “o primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e evitar redundâncias no tema de estudo ou experimentação”.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que, conforme Nunes (2021), permite investigar subjetividades, analisando dados de modo interpretativo. Além disso, essa pesquisa configura-se como estudo de caso, segundo Gil (2017), sendo uma

investigação aprofundada de um ou poucos casos, dentro de seu contexto real, que busca compreender detalhadamente um fenômeno complexo, explorando situações específicas, descrevendo o contexto e possibilitando a formulação de hipóteses ou teorias.

Nesse sentido, como aponta Gil (2017), para esse tipo de pesquisa, as técnicas de coleta de dados mais indicadas incluem entrevistas, observação e análise de documentos. Especificamente para esta pesquisa, foi adotada a técnica de entrevista, pautada em um roteiro de entrevista, que, segundo Gil (1999, p. 128), visa conhecer “opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Lakatos e Marconi (2003) destacam as vantagens (alcance, anonimato, economia de tempo e custos) e as desvantagens (baixo retorno, exclusão de analfabetos, rigidez e falta de controle) desse instrumento.

Com esse recurso, buscou-se compreender as ações de empoderamento de mulheres e meninas desenvolvidas pela Biblioteca do Instituto Federal de São Paulo – Campus Campinas. Para tanto, a bibliotecária responsável respondeu a um roteiro de entrevista, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados qualitativos oriundos da entrevista foram analisados por meio da análise de conteúdo, na modalidade temática, a partir da organização do material empírico, da leitura flutuante, da codificação dos trechos relevantes e da construção de categorias analíticas alinhadas aos objetivos da pesquisa. A interpretação dos resultados foi realizada em articulação com o referencial teórico sobre Biblioteconomia Social, mediação da informação, empoderamento feminino e igualdade de gênero.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme mencionado, esta pesquisa tem como objetivo compreender as ações promovidas na Biblioteca do IFSP – Campus Campinas voltadas ao empoderamento de meninas e mulheres. Após o contato inicial com a bibliotecária, cuja disponibilidade foi imediata, o questionário foi enviado por e-mail, buscando reunir os dados necessários.

Os resultados obtidos a partir de perguntas abertas, que permitem respostas amplas, subjetivas e elaboradas, são apresentados a seguir, possibilitando uma compreensão mais profunda do contexto analisado a partir da experiência da informante.

A primeira questão investigou as ações realizadas na biblioteca relacionadas ao empoderamento feminino e à igualdade de gênero. Deste modo, foi perguntado à bibliotecária: Quais ações são realizadas na biblioteca Prof. Pedro Augusto Pinheiro Fantinatti visando o empoderamento feminino e igualdade de gênero?

Segundo a bibliotecária: “Geralmente, desenvolvemos ações no dia da mulher e no dia da mulher negra em julho, geralmente, divulgamos os títulos de escritoras e a sua importância para a área de atuação.” Essas ações dialogam diretamente com a perspectiva de Biblioteconomia Social apresentada por Puntel Mostafa (1985) e Barreto (2012), que defendem que a biblioteca deve atuar na conscientização social, promovendo o acesso à informação e o empoderamento da comunidade. Já Almeida Júnior (1997) e Cruz (2018) demonstram a necessidade de iniciativas bibliotecárias que valorizem a representatividade feminina e combatam a invisibilização histórica das mulheres.

Outro aspecto destacado refere-se à interseccionalidade, considerando-se a condição das escritoras negras, que sofrem tanto com a violência de gênero quanto com o racismo estrutural. Em

contraponto à narrativa hegemônica, Lima e Silva (2024, p. 2) afirmam que: “Hoje, a escrita das mulheres negras a pertencem, sem demarcações, por se tratar de uma escrita carregada de experiências e vivências na condição de pessoa brasileira de origem africana”. Essa interseccionalidade confirma os dados do Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), que mostram a maior vulnerabilidade das mulheres negras frente à violência estrutural, reforçando a importância de ações bibliotecárias inclusivas.

Na segunda questão, perguntou-se sobre o planejamento das ações. Assim, indagou-se: Como é o planejamento dessas ações? A bibliotecária relatou que:

Realizamos o planejamento anual das ações, em cada ano realizamos uma ação. Em um ano expomos as escritoras e suas obras. Em outro ano, selecionamos frases de mulheres para que a comunidade retire em uma frase de inspiração. As Ações para que a comunidade conhecesse as escritoras com os trechos de sua obra para que pudéssemos incentivar o interesse na escritora e na leitura.

Essa prática evidencia a mediação cultural defendida por Lindemann (2018) e a mediação da informação de Barreto (2012), fortalecendo a construção do pensamento crítico e do protagonismo feminino na comunidade. Ainda, reforça práticas bibliotecárias articuladas ao enfrentamento de problemas sociais, sobretudo ligados às questões de gênero. O incentivo à leitura amplia o acesso à informação e contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico. Nesse sentido, Côrtes (2024, p. 9) defende que:

mediação da informação, a mediação da leitura, a mediação cultural, dentre outras ações de interferência, mediadas conscientemente, podem ser caminhos profícuos para mudança de mentalidades e enfrentamento às desigualdades sociais, regidas pelo sexismo, racismo,

opressão de classe, capacitismo, dentre outros eixos de opressão.

Sobre a periodicidade das ações (questão 3), foi perguntado “Qual a periodicidade que as questões da desigualdade de gênero são abordadas na biblioteca? A bibliotecária respondeu: “Em cada semestre, temos 2 a 3 ações relacionadas à temática de gênero.” Essa frequência demonstra um compromisso contínuo com a transformação social, conforme proposto por Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021) na mediação de informações confiáveis e na promoção de conhecimento crítico para a comunidade. Contudo, em respostas anteriores, a entrevistada afirmou que a biblioteca realiza um número menor de ações ao longo do ano, o que evidencia certa inconsistência quanto ao número de atividades efetivamente desenvolvidas.

Na questão 4, relativa às dificuldades, questionou-se o seguinte: Existem dificuldades para a realização dessas ações? A bibliotecária declarou: “Somos em duas servidoras na unidade, gostaríamos de ter mais ações que tenha a participação efetiva da comunidade, mas não conseguimos fazer mais ações.” Nota-se que a limitação de recursos humanos é um desafio, mas as iniciativas existentes já se configuram como relevantes instrumentos de transformação social.

O acervo da biblioteca, conforme relatado pela bibliotecária, é formado por obras específicas voltadas ao atendimento das demandas dos discentes em relação aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Além disso, conta com materiais acessíveis, como livros em Braille, exemplares em letra ampliada e uma seleção de literatura variada, garantindo diversidade e inclusão. Dessa forma, a unidade de informação contribui para o acesso à informação e para

a ampliação do conhecimento tanto dos estudantes quanto da comunidade interna do IFSP. Já a página oficial da biblioteca do IFSP – Campus Campinas (2025) informa que o acervo reúne “livros, CD-ROMs e periódicos, totalizando 1.801 títulos e 4.625 exemplares em 2024.”

A disponibilidade desse material auxilia na promoção de mudanças na cultura escolar, sensibilizando o ambiente para questões relacionadas a gênero e sexualidade (Pajeú; Almeida, 2021). O fortalecimento do acervo confirma a função social das bibliotecas discutida por Mostafa (1985), Lindemann (2018) e Barreto (2012), que consideram a mediação da informação como ferramenta para enfrentar desigualdades sociais e promover empoderamento.

Na questão 6, buscou-se identificar o retorno da comunidade às ações. Segundo a bibliotecária: “Quando fazemos atividades como um Quiz identificamos que os usuários reconhecem as escritoras mencionadas nas atividades porque eles têm acesso às suas obras e biografias, por meio do quiz.” O *feedback* positivo demonstra a eficácia da mediação da informação, reforçando a discussão de Schlemmer (2014, p. 76), sobre o uso de metodologias lúdicas para estimular participação e apropriação do conhecimento.

Por fim, a última questão investigou a importância de promover tais ações. A o que a bibliotecária afirmou:

Considero importante por causa da representatividade e um combate contra o sexismo na biblioteca. Compreendo que devemos abordar a temática de forma ostensiva, pois as mulheres são atravessadas diariamente pelo patriarcado e pela violência de gênero. Portanto, a temática é relevante e importante para termos uma sociedade mais justa e igualitária.

Esse depoimento reforça a concepção de Biblioteconomia Social (Barreto, 2012; Mostafa, 1985) e se conecta à discussão sobre

desigualdades estruturais e violência de gênero apresentada por Viola (2022), Sardenberg (2006) e Cruz (2018), mostrando a convergência entre prática bibliotecária e fundamentação teórica.

Observa-se, portanto, o protagonismo da bibliotecária como agente de transformação social. As ações da Biblioteca do IFSP – Campus Campinas dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5, que visa erradicar a desigualdade de gênero e promover o empoderamento de meninas e mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta pesquisa destacar a iniciativa de empoderamento de meninas e mulheres realizada por bibliotecas, especificamente uma biblioteca escolar e universitária que conta com a atuação de uma bibliotecária, com o intuito de demonstrar que tais ações contribuem para o fortalecimento do papel social dessas instituições junto à comunidade escolar atendida.

O objetivo geral consistiu em compreender quais ações são realizadas pela biblioteca do IFSP – Campus Campinas. Observou-se que, por meio de atividades previamente planejadas, a bibliotecária do IFSP-Campinas aborda a conscientização da violência de gênero e o empoderamento feminino de diferentes formas, integrando ainda recortes de raça e sexualidade, fundamentais para compreender as múltiplas opressões que atravessam discentes, docentes e colaboradores.

A constatação de que, mesmo diante de dificuldades estruturais e de pessoal, são realizadas atividades que discutem a equidade de gênero, reforça a importância de bibliotecários

conscientes de sua responsabilidade social frente aos problemas que afetam meninas e mulheres no Brasil e no mundo. Esse engajamento revela que a biblioteca ultrapassa sua função tradicional de guarda do conhecimento, configurando-se como espaço de resistência, acolhimento e transformação social.

Nota-se, assim, um caminho já iniciado no enfrentamento de questões sociais prementes, que exige o comprometimento da Biblioteconomia em dar continuidade a esse processo. Para tanto, é necessário que os bibliotecários participem ativamente da transformação social de suas comunidades, utilizando seus espaços, físicos ou virtuais, para promover debates, estimular a reflexão crítica e questionar as estruturas sociais que excluem e marginalizam pessoas.

O desafio, entretanto, está na ampliação dessas ações para as demais tipologias de bibliotecas, sobretudo as bibliotecas públicas, que atendem a um público heterogêneo e que, em muitos casos, constituem o primeiro ou o mais próximo espaço de acesso à informação. Nesse contexto, torna-se urgente que as bibliotecas públicas sejam vistas como territórios de cidadania, capazes de potencializar o protagonismo de grupos historicamente silenciados.

Portanto, convém destacar a necessidade de mais pesquisas que abordem a violência de gênero, a emancipação feminina e também a participação masculina na transformação dessa realidade, uma vez que a desconstrução do patriarcado e das desigualdades de gênero é responsabilidade de toda a sociedade. Estudos futuros podem ainda explorar estratégias inovadoras de mediação da informação e práticas inclusivas em diferentes contextos biblioteconômicos, fortalecendo o papel das bibliotecas como agentes de equidade social.

Espera-se que este trabalho incentive o aprofundamento das discussões no campo da Ciência da Informação acerca do envolvimento com as questões sociais, contribuindo para o avanço de pesquisas que consolidam a área como um campo comprometido com a justiça social e a democratização do acesso ao conhecimento.

Acredita-se que a biblioteca não é uma instituição isolada da sociedade; ao contrário, integra-se a ela e a acompanha em suas transformações. Logo, abrigar o conhecimento produzido pela humanidade só ganha sentido quando esse conhecimento expande o mundo de alguém, despertando a vontade de saber e fomentando novas possibilidades de existência. Nesse sentido, a biblioteca se reafirma como espaço político, educativo e emancipador, onde a informação se transforma em poder e a leitura em caminho para a liberdade.

Por fim, aponta-se que outras bibliotecas podem avançar nessa temática por meio de ações como: a criação de clubes de leitura voltados para obras de autoras mulheres e negras; a realização de rodas de conversa e oficinas sobre igualdade de gênero; parcerias com núcleos de pesquisa e movimentos sociais para ampliar o acervo sobre feminismo, diversidade sexual e relações étnico-raciais; exposições temáticas que deem visibilidade às produções intelectuais femininas; além da promoção de campanhas educativas que dialoguem com a comunidade sobre o enfrentamento à violência de gênero. Tais práticas contribuem para consolidar a biblioteca como espaço de resistência e transformação social, fortalecendo seu papel enquanto agente de cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis: APB, 1997. 129p.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Espaços e equipamentos informacionais. *In*: BARBALHO, Célia Regina. Simonetti. (org); BORTOLIN, Sueli (org); SILVA, Rovilson José da (org); GOMES, Samir Hernandes Tenório (org). **Espaços e ambientes para leitura e informação**. 2. ed. São Paulo: Abecin Editora, 2020. p. 9-37.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB). **Coordenações e ementas de GT**. 2025. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BARRETO, Aldo. Leia e Pense!: Uma entrevista de Aldo A. Barreto realizada no ano de 2002, 8 jan. 2012. **AldoBarreto's Blog**. Disponível em: <http://dobarreto.wordpress.com/2012/01/08/leia-e-pense/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher[...]. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Cria o Programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica e Familiar; altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), [...], para dispor sobre a violência psicológica contra a mulher e o procedimento da prisão em flagrante; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 jul. 2021.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019. 189 p.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870- 1882). *In*: BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Anais da Biblioteca Nacional**. v. 130, 2010. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2014. Disponível em:

<https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/anais-biblioteca-nacional-vol-130-2010>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A violência contra a mulher sob olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição “retratos relatos”. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 01-19, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1806> Acesso em: 6 jun. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: IPEA; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 24 maio 2025

CÔRTEZ, Gisele Rocha; LUCIANO, Maria Cristina Félix; DIAS, Karla Cristina Oliveira. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 134-151, 2012. Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/15894>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. **Mediação da informação e gênero: aproximações conceituais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24. Vitória, ES. Vitória: ANCIB, 2024. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/schedConf/presentations> Acesso em: 20 abr. 2025

CRUZ, Maria Helena Santana. Empoderamento das mulheres. **Revista IBICT Inclusão Social**, Brasília, DF, v.11 n.2, p.101-114, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4248>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angélica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 448p.

FOLTER, Regiane. O que é o patriarcado?. **Politize!**, 29 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/patriarcado/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero.html>. Acesso em: 28 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Outras formas de trabalho**: em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Rio de Janeiro: Agência IBGE Notícias, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/busca-avancada.html?contem=afazeres+dom%C3%A9sticos>. Acesso em: 19 jan. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (CAMPUS CAMPINAS). **Biblioteca**, Campinas, 2024. Disponível em: <https://portal.cmp.ifsp.edu.br/index.php/biblioteca>. Acesso em: 12 dez. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Acesso e oportunidades para todos**: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas. Tradução: FEBAB. [S. l.]. [2015]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Izabel França de; SILVA, Dávila Maria Feitosa da. A escrita revolucionária de mulheres negras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória, ES. **Anais [...]**. Vitória: ANCIB, 2024.

LINDEMANN, Cátia Rejane. Desculpe o transtorno, preciso falar da Biblioteconomia Social. *In*: MORAES, Marielle, Barros de. (org.); SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira. **Biblioteconomia Social**: epistemologia transgressora para o Século XXI. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. cap. 8. p. 171-195

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000888014>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: editora Ática, 1998.

MENDES, Cíntia. Projeto encontros feministas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 318–330, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/4923> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MORAES, Marielle Barros de. Responsabilidade social bibliotecária (rbs): o que significa em tempos de rupturas democráticas?. *In*: MORAES, Marielle Barros de (org.); SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira (org). **Biblioteconomia Social**: epistemologia transgressora para o século XXI. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 49-76.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Educação, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10705>. Acesso em: 15 jan. 2025.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **Metodologia científica universitária em 3 tempos**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES BRASIL. **Brasil ocupa a 133 posição no ranking global de representação parlamentar de mulheres. 2025**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-ocupa-a-133aposicao-no-ranking-global-de-representacao-parlamentar-de-mulheres/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

PAJEÚ, Hélio Márcio; ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de; . Quando as questões de gênero invadem a biblioteca escolar: proposta de calendário comemorativo da diversidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1448> Acesso em: 25 maio 2025.

PELLEGRINI, Elaine; VITORINO, Elizete Vieira; HERRERA, Karolyna Marin. Competência em informação e empoderamento feminino: delimitações teóricas para a área de Ciência em Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/586> Acesso em: 03 abr. 2025.

REIS, Isabela. **Elas vivem: liberdade de ser e viver**. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/elas-vivem-2024/> Acesso em: 2 jan. 2025.

ROSSI, Mariane. **Mulher espancada após boatos em rede social morre em Guarujá, SP**. G1. 05 maio 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-em-guaruja-sp.html>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SANTA ANNA, Jorge; GREGÓRIO, Elaine; GERLIN, Meri Nádia Marques. Atuação bibliotecária além da biblioteca: o espaço de leitura do Hospital Universitário Cassiano de Moraes (HUCAM). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 77-88, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/953/pdf_89. Acesso em: 30 mar. 2025.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237> Acesso em: 18 mar. 2025.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, 1., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: TEMPO, 2006.

SCHLEMMER, Eliane. Gamificação em espaços de convivência híbridos e multimodais: design e cognição em discussão. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 42, p. 73-89, jul./dez. 2014.

VERONEZE, Caroline Cândido; JAVAREZ, Jeanine Geraldo; NADAL, Lisandra Maria Kovaliczn. Clubes de leitura em movimento: integração nas bibliotecas do IFPR. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp. Melhores trabalhos CBBBD, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1350>. Acesso em: 25 jun. 2025.

VIOLA, Carla Maria Martellote. **A voz e a vez das mulheres: informação, política e direitos**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2022. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/> Acesso em: 7 dez. 2024.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br Acesso em: 3 mar. 2025.